



Sociologia no Ensino Médio: uma análise histórica e comparada das propostas curriculares estaduais (Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo)¹

Bruna Lucila dos Anjos²

Resumo

O objeto deste trabalho é a análise e comparação do ponto de vista histórico e social das propostas curriculares de três diferentes estados, a saber: Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. Sendo a temática desta investigação voltada à questão da história da disciplina escolar Sociologia nos diferentes contextos educacionais estaduais. Pretende-se avaliar em que medida os diferentes processos históricos de implementação da disciplina e dos currículos podem influenciar as propostas curriculares. Para direcionar nossa investigação, a perspectiva teórica de currículo a ser adotada é a de Ivor Goodson. Este autor nos orienta a analisar o currículo, como um documento de construção histórica. O recorte temporal considera a reintrodução da disciplina nas grades curriculares, partindo assim da obrigatoriedade em 2008. Para isto, os currículos analisados serão: Paraná (2008), Rio de Janeiro (2012) e São Paulo (2010). A metodologia deste trabalho será a análise documental comparada, por meio de bibliografia sobre o tema, além de uma investigação histórica. Através da análise documental e histórica das propostas curriculares dos diferentes estados poderemos constatar quais são os conteúdos escolares de Sociologia que mais tem expressão nos currículos, e assim percebermos como está configurado o ensino de Sociologia em diferentes contextos escolares.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia. Currículo. Propostas curriculares.

Sociology in High School : an historical and comparative analysis of proposed curriculum state (Paraná , Rio de Janeiro and Sao Paulo)

Abstract

The object of this work is the analysis and comparison of historical and social point of view of curriculum proposals from three different states, namely: Rio de Janeiro, Sao Paulo and Parana. Being the subject of this research focused on the issue of school discipline history of Sociology at the various state educational contexts.

Aims to assess to what extent the different historical processes of implementation of discipline and curriculum can influence the curriculum proposals. To direct our research, the theoretical perspective of curriculum to be adopted is to Ivor Goodson. This author guides us to analyze the

¹ A primeira versão desse texto foi apresentada no *IV* Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica (ENESEB) em São Leopoldo/RS, realizado entre os dias 17 e 20 de Julho de 2015, no GT História do Ensino de Sociologia coordenado por Cristiano das Neves Bodart e Marcelo Pinheiro Cigales.

² Mestranda em Educação na UFRJ. Especialista em Ensino de Sociologia pela UFRJ. Professora da rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro desde 2010.

curriculum, as a historical building document. The period considering the reintroduction of discipline in the curricula, starting thus the requirement in 2008. For this, the curriculum will be analyzed: Paraná (2008), Rio de Janeiro (2012) and Sao Paulo (2010). The methodology of this study will document analysis compared by means of literature on the subject as well as a historical research. Through the documentary and historical analysis of curriculum, proposals of the different states can find what are the educational contents of Sociology that has more expression in the curricula, and thus realize how it is configured sociology of education in the different school contexts.

Keywords: Sociology of Education. Curriculum. Curriculum proposals.

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo deste trabalho é o ensino de sociologia na educação básica. Mais especificamente, pretende-se analisar e comparar do ponto de vista histórico e social as propostas curriculares de três diferentes estados, a saber: Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. Tal trabalho é parte da pesquisa de mestrado que venho desenvolvendo no Programa de Pós-graduação em Educação da UFRJ (PPGE – UFRJ) intitulado “*Sociologia no Ensino Médio: uma análise comparada de Propostas Curriculares*” tendo como orientadora a Professora Anita Handfas no âmbito do Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes (LabEs).

A temática desta investigação é voltada à questão da história da disciplina escolar Sociologia nos diferentes contextos educacionais estaduais. A Sociologia é uma disciplina peculiar nos currículos escolares. Isto se deve às inúmeras vezes que foi retirada do currículo³. Conforme vários autores dentre os quais SANTOS (2004) e RIBEIRO et al. (2009), a inclusão da sociologia como disciplina no ensino secundário data de 1891, porém, dez anos depois, um decreto desobrigou o ensino de sociologia. Em 1925, foi novamente posta nos currículos escolares brasileiros através do Decreto 16.782 (Reforma Rocha Vaz). Em 1942 através da Reforma Capanema começa o longo período em que a sociologia ficará ausente dos currículos como disciplina obrigatória no Ensino Secundário.

O período mais recente de discussão sobre a reinserção da sociologia no currículo vai da década de 1980 até os anos 2000. Na década de 1980 a Sociologia é incluída na grade curricular do 2º grau em alguns estados do país, sendo São Paulo o pioneiro em 1983, através da Resolução Nº 236/83 da Secretaria de Educação do estado (MORAES, 2011), no Rio de Janeiro a reintrodução

³ Existem inúmeros trabalhos na área de Ensino de Sociologia que dão conta desta relação entre presença ou ausência da disciplina no contexto escolar, e suas possíveis implicações. No entanto não há consenso com relação à presença ou ausência em contextos políticos similares. Para saber mais: Santos (2004); Ribeiro et al. (2009); Moraes (2011).

data 1989, com a promulgação de uma nova Constituição Estadual. Alguns outros estados, como Pará e Acre, passam a introduzir, ainda na década de 1980, a disciplina na parte diversificada da grade curricular.

Na Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB – Lei Nº 9394/96) a disciplina foi apenas sugerida, juntamente com a Filosofia, não sendo, portanto, disciplina obrigatória, mas uma das possibilidades para compor a parte diversificada e /ou os temas transversais da grade curricular do Ensino Médio. Alguns estados começam a inserir a Sociologia em suas escolas por intermédio de decretos locais, e finalmente em 2006, o Parecer Nº 38/2006 do Ministério da Educação é favorável à inclusão das disciplinas de Sociologia e Filosofia em todo o Ensino Médio, uma sugestão do Conselho Nacional de Educação. A obrigatoriedade é promulgada em 2008, com a aprovação da Lei 11.684, que reinsere a disciplina em todas as séries, sem, no entanto, mencionar carga horária obrigatória. A recente aprovação da disciplina para todo o Ensino Médio abriu amplas possibilidades e ao mesmo tempo trouxe novas contradições e debates que, até então, não se colocavam na pauta dos pesquisadores e/ou professores de Sociologia.

A intermitência da Sociologia nos currículos do ensino básico gera também a diversidade de práticas pedagógicas no ensino desta disciplina. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNs), publicados no ano de 1999 e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM) do ano de 2006, sendo, portanto elaborados antes da obrigatoriedade da disciplina na grade curricular, contemplam a Sociologia, mas não têm força de lei, pois são como o próprio nome diz parâmetros e orientações. E apesar de serem documentos oficiais, elaborados por especialistas convidados pelo Ministério da Educação, portanto de caráter nacional, podem ser interpretados pelas Secretarias Estaduais de Educação. Sendo assim cada secretaria propõe seu currículo em âmbito estadual, o que gera uma diversidade numérica de currículos de Sociologia em todo país, o que, no entanto, não quer dizer que já não existam consensos sobre o que deve ser ensinado pela Sociologia no âmbito escolar.

As orientações curriculares propõem que o docente se atenha ao trabalho com temas, conceitos e teorias articuladamente. E que os professores desta disciplina deem atenção especial ao processo de desnaturalização e estranhamento, de modo que os discentes saiam do ensino médio com competências para realizar estes processos. Conforme exposto por MORAES (2012), as OCEM (2006) deveriam servir de orientação para a elaboração de propostas curriculares a níveis estaduais.

SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO: os estados pesquisados

A Sociologia no nível médio tem se tornado tema para as áreas de Educação e Ciências Sociais. Conforme apontam HANDFAS e MAÇAIRA (2014) o crescimento da produção acadêmica sobre ensino de Sociologia aconteceu a partir da década de 2000. Apesar do contexto favorável, propiciado pela obrigatoriedade recente, o tema ligado às propostas curriculares ainda tem pouca expressão nos estudos relativos ao ensino de Sociologia em comparação com outras comunidades disciplinares.

A escolha das propostas curriculares dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná se justifica por razões históricas e institucionais inter-relacionadas: esses estados que têm uma história de luta mais ativa pela consolidação da disciplina no ambiente escolar⁴ (SILVA, I. L. F. 2006; OLIVEIRA e JARDIM, 2009; MORAES, 2011) e por isto suas comunidades disciplinares são mais fortalecidas, inclusive com a criação de espaços de discussão sobre a temática de ensino de sociologia, a saber: Encontros estaduais de ensino de Sociologia, Laboratórios de ensino de Sociologia (LABES-RJ/ LENPES- PR) e também a concentração de estudos sobre ensino de Sociologia que pode ser comprovada pela origem geográfica das dissertações e teses defendidas.

Nestes estados, a disciplina Sociologia já se encontra nas escolas do Ensino Médio desde a década de 1980, sendo São Paulo o pioneiro onde a obrigatoriedade se deu em 1983 através de resolução específica da Secretaria de Educação do estado⁵. No Rio de Janeiro, a implementação foi via Constituição Estadual em 1989, e no Paraná aconteceu a partir da modificação da Matriz Curricular Estadual (Secretaria Estadual de Educação do Paraná) em 1988, que a Sociologia entrou na parte diversificada da grade curricular, e em 1997 onde a disciplina passou a fazer parte do núcleo comum (SILVA, I. L. F. 2006; OLIVEIRA e JARDIM, 2009; MORAES, 2011).

Sendo assim, é importante investigar em quais concepções de sociedade e ensino se apoiam os currículos e propostas de conteúdos de Sociologia estaduais, sendo o currículo algo construído de acordo com um projeto de concepções de ensino e sociedade, e também das apropriações e reapropriações feitas durante o processo de construção curricular (GOODSON, 1995).

A inexistência de um Currículo Nacional de Sociologia, ou um documento que prescreva os temas/conteúdos a serem ensinados, possibilita múltiplas maneiras de organização destes conteúdos

⁴ Alguns outros estados apresentam uma história de luta pela consolidação da disciplina, como Santa Catarina, por exemplo, porém o número de fontes sobre a disciplina Sociologia nestes estados é ainda incipiente. O que não permitiria um trabalho de tamanho fôlego em fase de mestrado.

⁵ Resolução nº 263/83 da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo.

pelos estados. E desta forma uma análise comparada de propostas curriculares geradas em diferentes contextos de luta pelo retorno da sociologia no ensino médio pode trazer elementos para a compreensão da história dessa disciplina escolar. Nessa direção, será examinado como as propostas curriculares dos estados se apropriaram dos documentos oficiais existentes, especialmente das OCEM – Sociologia, a fim de comparar os conteúdos expressos nas diretrizes curriculares estaduais de diferentes estados, possibilitando assim verificar as similaridades e distanciamentos entre as propostas curriculares.

ANÁLISE CURRICULAR

Para direcionar nossa investigação, a perspectiva teórica de currículo a ser adotada é a de Ivor Goodson. Este autor nos orienta a analisar o currículo, como um documento de construção histórica, percebendo como os documentos escolares são construídos e como circulam entre instituições, docentes e discentes.

Faremos uma análise documental comparada, por meio de bibliografia sobre o tema, além de uma investigação histórica utilizando entrevistas realizadas com autores das propostas curriculares e/ou pesquisadores de referência no campo de Ensino de Sociologia dos estados investigados. O recorte temporal deste estudo considera a obrigatoriedade em 2008.

Através da análise documental e histórica das propostas curriculares dos diferentes estados poderemos constatar quais são os conteúdos escolares de Sociologia que mais tem expressão nos currículos, e assim percebermos como está configurado o ensino de Sociologia em diferentes contextos escolares. Atualmente, a discussão de políticas curriculares nacionais e de mudanças no Ensino Médio está permeando os espaços educacionais, por isso estudos como este sobre conhecimento escolar através de documentos oficiais são de importante contribuição para entendimento do cenário da disciplina.

ANÁLISE HISTÓRICA E COMPARADA

Conforme já mencionado estão sendo analisadas três propostas curriculares da disciplina Sociologia de maneira histórica e comparada. Para analisar de maneira histórica é necessário trazer à

tona a inserção da disciplina Sociologia nos estados investigados, tendo como ponto final as propostas curriculares investigadas.

Paraná

Em 1983 já começavam os discursos pelo retorno da Sociologia no Paraná, através do Congresso Nacional de Curitiba, mas somente em 1988 com a reformulação curricular a disciplina começa a aparecer nas grades do 2º Grau na parte diversificada. Segundo SILVA (2006), este retorno foi possibilitado principalmente pela atuação de pessoas da área de Sociologia na Secretaria de Educação do Paraná e em seus núcleos regionais.

Em 1991 foi feita a primeira proposta curricular de Sociologia, sendo responsável a socióloga Milena Martinez da UFPR. Originalmente esta proposta era direcionada aos cursos de formação de professores, mas ela ganhou aderência também em outras modalidades, pois não havia outras formulações específicas.

De 1991 a 1994 foi um período que a Secretaria de Educação do Paraná tomou como política a inserção da disciplina Sociologia nas grades, pois além da construção da proposta curricular, foi feito também concurso para professores de Sociologia no estado. O concurso abriu mais vagas do que as escolas demandavam, como a Sociologia era optativa na parte diversificada, esta era uma maneira de “empurrar” professores de Sociologia para a escola e fazê-las implantar a disciplina já que tinham professores. A proposta de conteúdos da disciplina, para todas as modalidades de ensino foi finalizada em 1994.

É importante citar que as propostas de 1991 que atendiam ao magistério e 1994 são diferentes, porém não se trata de uma diferença somente por conta do segmento que atendiam. Conforme exposto por SILVA (2006) a proposta de 1991 foi marcada pelo discurso pedagógico da pedagogia histórico-crítica, em razão da ruptura com a política de educação dos governos militares. Já a de 1994 reflete os rumos a serem tomados com as reformas educacionais que estavam por vir e as propostas de ensino de Sociologia já existentes em outros Estados, especialmente São Paulo.

Após este período de reinserção, nos anos que se sucederam, principalmente por conta da mudança de governo, a Sociologia esteve presente na grade curricular, no entanto, muitas vezes era encolhida. Mas os debates pela inserção nacional já começavam a acontecer, sendo uma das pessoas responsáveis pelo surgimento deste debate um Deputado Federal do Paraná – Padre Roque.

É importante observar que as Diretrizes Curriculares feitas para disciplina em 1994 foram ignoradas pela Secretaria de Educação do governo seguinte, que utilizaram as determinações nacionais para a disciplina (PCNs e posteriormente OCEM). Neste sentido, o Paraná acaba

adotando o currículo por competências influenciado por estas políticas nacionais. A flexibilização acontece nas escolas, e vai desde a concepção dos currículos até as disciplinas da área diversificada passando pela formação dos professores. SILVA (2006) cita que:

De 1999 em diante, a diferenciação das disciplinas na *parte diversificada* e o aparecimento de cerca de cinco mil disciplinas diferentes adensavam os objetivos de flexibilização total na organização dos saberes nas escolas, rompendo radicalmente com o esforço das equipes precedentes que tentaram resgatar as disciplinas como ponto de partida para a formação nas escolas. (SILVA, I. I. F., 2006, p.231)

Em 1997 a Sociologia aparece na grade curricular do Paraná não mais na parte diversificada, mas no núcleo comum das Ciências Humanas como disciplina obrigatória com 2 horas-aula na Primeira Série do Ensino Médio. Esta nova grade refletia o exposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, em que a Sociologia era contemplada enquanto disciplina. Em 2004, há um grande concurso para professores da disciplina, de modo que em 2008, quando promulgada a legislação de obrigatoriedade, vários núcleos já possuem implementada e consolidada a disciplina.

Em 2007 é lançado o livro didático público de Sociologia, ação possibilitada pela congregação dos professores, e após muita discussão sobre o que ensinar na disciplina. E em 2008, fazendo parte deste processo de discussão disciplinar no estado, lança-se as “Diretrizes Curriculares de Sociologia do estado do Paraná”.

Logo no início do texto das diretrizes (2008) se agradece a participação dos professores da Rede Estadual de Educação que estavam presentes nos encontros de formação para a elaboração das diretrizes curriculares. Menciona-se que estas reuniões aconteceram desde 2003, portanto, são cinco anos de elaboração da proposta curricular. Tal participação docente é endossada na Carta da Secretaria de Educação logo após esta introdução:

Essas reflexões, sobre a ação docente, concretizaram-se na crença do professor como sujeito epistêmico e da escola como principal lugar do processo de discussão destas Diretrizes Curriculares que agora são oficialmente publicadas. (p.7).

De acordo com o texto introdutório, as diretrizes curriculares do Estado do Paraná tiveram a seguinte construção: nos anos de 2004, 2005 e 2006 a Secretaria de Estado da Educação promoveu vários encontros com os professores destinados à elaboração dos textos das Diretrizes Curriculares, onde os educadores contribuíam por escrito para formular a proposta curricular do estado. Já em 2007 e 2008 a equipe pedagógica do Departamento de Educação Básica (DEB) percorreu trinta e dois Núcleos Regionais de Educação, na realização do evento “DEB Itinerante”, que consistia em uma formação continuada, de dezesseis horas, para os docentes a fim de verificar a implementação

das diretrizes nas escolas. Ainda em 2007 e 2008, as Diretrizes Curriculares Estaduais passaram por leituras críticas por membros de Universidades, especialistas em cada disciplina, no caso da Sociologia as Professoras Ileizi Luciana Fiorelli Silva (UEL) e Maria Tarcisa Bega (UFPR).

As diretrizes têm um texto extenso, tratam-se de 112 páginas, divididas em três partes. A primeira parte discorre sobre as diferentes formas de organização curricular, seguindo para a concepção de currículo adotada pelas diretrizes que é, segundo os autores, fundamentado nas teorias críticas e com organização disciplinar dialogando com uma perspectiva interdisciplinar.

Na segunda parte há uma abordagem sobre a disciplina específica de atuação, com uma análise histórica do ensino da disciplina em ambientes escolares, englobando os fundamentos teórico-metodológicos (incluindo os autores clássicos das Ciências Sociais) e os conteúdos propostos para a atuação docente em sala de aula, com uma descrição minuciosa do que pode ser abordado em cada um deles.

Na terceira parte há uma relação de conteúdos em forma de quadro pedagógico organizado por: conteúdos estruturantes (temas), conteúdos básicos (conceitos), abordagem teórico-metodológica (teorias e metodologia de trabalho) e avaliação, que segundo o texto das diretrizes foram sistematizados a partir dos encontros com os docentes da disciplina.

Sobre os conteúdos básicos propositivos neste quadro-síntese apresentado ao final da proposta, podemos perceber que eles são organizados de forma que durante o ensino médio o aluno tenha contato com cinco principais temas sociológicos, a saber: 1) O Processo de Socialização e as Instituições Sociais; 2) Cultura e Indústria Cultural; 3) Trabalho, Produção e Classes Sociais; 4) Poder, Política e Ideologia; e 5) Direitos, Cidadania e Movimentos Sociais.

Todos estes temas estão acompanhados de conceitos-chaves a serem desenvolvidos, teorias, métodos e avaliação. Talvez seja uma aproximação da proposição feita pelas OCEM (2006). Tal quadro síntese é colocado como uma proposta de sistematização dos conteúdos, porém não é obrigatório que o docente se atenha a estes conteúdos propostos.

Rio de Janeiro

O retorno da Sociologia enquanto disciplina escolar no estado do Rio de Janeiro remonta a democratização e a promulgação da Constituição Estadual em 1989. Assim dizia o texto:

Será introduzida, como disciplina obrigatória, nos currículos de 2º grau, da rede pública e privada, em todo o território do Estado do Rio de Janeiro, a Sociologia. (Parágrafo 4º do Artigo 317, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, promulgada em 05 de outubro de 1989, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro).

Tal retorno inseria um novo contexto de reconhecimento da Sociologia como disciplina escolar nas escolas públicas e particulares do estado, porém não dava credibilidade a disciplina recém inserida, pois não previa tempos de aula e em quais séries ela seria colocada. Muitas escolas, especialmente da rede privada, a incluíram somente na parte diversificada do currículo.

Segundo OLIVEIRA e JARDIM (2009) no estado do Rio de Janeiro a volta da disciplina Sociologia aos currículos escolares foi uma luta travada pelos sociólogos do Estado no II Encontro Estadual dos Sociólogos do Rio de Janeiro e no 1º Encontro de Licenciados do Rio de Janeiro realizados em 1988 e com a continuidade da APSERJ (Associação Profissional dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro).

O primeiro concurso para Professores de Sociologia da rede estadual de educação foi aberto em 1990 com 313 vagas. Porém a inserção da disciplina foi lenta e gradual até mesmo nos colégios estaduais, e só começou a configurar de uma maneira mais frequente na grade curricular após a aprovação da LDBEN (1996) e de todos os documentos oficiais que contemplavam agora Sociologia na área de Ciências Humanas.

Antes da promulgação da lei da obrigatoriedade (Lei nº 11.684/2008) a Sociologia contava com somente dois tempos semanais em uma das séries, dependendo da grade curricular utilizada em cada ano. Em 2010, ela começou a figurar com um tempo semanal na primeira série e dois tempos na segunda e terceira série. Houve uma redução para um tempo semanal na segunda série a partir de 2012.

Antes da obrigatoriedade existiam algumas propostas curriculares estaduais, mas nenhuma delas com acompanhamento de sua aplicação nas escolas e também pouco difundidas. Muitos professores de Sociologia sequer tinham conhecimento de sua existência. Em 2010, no entanto, a Secretaria Estadual de Educação lançou uma política de elaboração curricular para algumas disciplinas, dentre elas a Sociologia, chamada de Currículo Mínimo. O Currículo Mínimo é uma política pública empreendida pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC), com o objetivo de normatizar os conteúdos a serem ministrados na rede estadual de ensino.

O Currículo Mínimo de Sociologia teve sua primeira versão em 2011, foi elaborada por seis professores de Sociologia da rede e um coordenador institucional que era professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Em 2012, foi publicada outra versão da proposta curricular, tendo como autores três outros professores da rede e sem coordenação.

A introdução do “Currículo Mínimo de Sociologia” (2012) afirma que tal documento servirá como referência em todas as escolas. Além disto, se afirma que as competências e habilidades presentes na proposta curricular deverão estar presentes nos planos de cursos elaborados pelos

professores da disciplina. É importante destacar a passagem na Introdução da proposta que retrata os objetivos da política curricular:

Sua finalidade é orientar, de forma clara e objetiva, os itens que não podem faltar no processo de ensino-aprendizagem, em cada disciplina, ano de escolaridade e bimestre. Com isso, pode-se garantir uma essência básica comum a todos e que esteja alinhada com as atuais necessidades de ensino, identificadas não apenas nas legislações vigentes, Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais, mas também nas matrizes de referência dos principais exames nacionais e estaduais. Consideram-se também as compreensões e tendências atuais das teorias científicas de cada área de conhecimento e da Educação e, principalmente, as condições e necessidades reais encontradas pelos professores no exercício diário de suas funções (SEEDUC- RJ, Currículo Mínimo de Sociologia, 2012, p. 2).

Há uma forte tendência ao estabelecimento de competências e habilidades em cada bimestre, possivelmente ligada a uma visão tecnicista da educação imposta pela Secretaria de Educação do Estado, a proposta curricular relaciona um dos objetivos deste Currículo é: “(...) *fornecer ao educando os meios para a progressão no trabalho (...)*” (Introdução, p. 2).

Na parte introdutória da proposta curricular, específica da disciplina, os autores focam na revisão do documento dizendo que ela foi feita de acordo com o que os professores da rede trouxeram de avaliação da primeira proposta (2011). Além disto, remetem aos documentos oficiais (PCNs e OCEM).

Os autores concebem o Currículo Mínimo de Sociologia como uma possibilidade de galgar espaço para a disciplina nas escolas, e colocam que era necessário reduzir o currículo proposto em 2011. Além do exposto eles reafirmam que deve ser objetivo da Sociologia no Ensino Médio a desnaturalização, o estranhamento e o desenvolvimento da “Imaginação Sociológica” (MILLS, 1972).

Com relação aos conteúdos a serem trabalhados, a proposta curricular apresenta temas bimestrais definidos. Na primeira série o foco é maior na Cultura, onde o tema é desenvolvido em dois bimestres com direcionamentos diferentes, a saber: “cultura e diversidade” no segundo bimestre e “cultura e identidade” no terceiro. O primeiro bimestre tem a temática “o conhecimento sociológico” seguindo um padrão observável em outras propostas curriculares de apresentação da disciplina Sociologia aos seus novos alunos. O quarto bimestre é direcionado a discussão sobre a temática “preconceito e discriminação”.

Na segunda série do ensino médio inicia-se com a temática voltada para a cidadania intitulada “Cidadania, direitos humanos e movimentos sociais”, nos dois bimestres seguintes o foco principal é o trabalho, com as seguintes temáticas “Trabalho, sociedade e capitalismo” e “Relações de trabalho” e por fim o tema da desigualdade – “Estratificação e desigualdade”.

Os temas “Cultura, consumo e comunicação de massa”, “Poder, política e estado”, “Cidadania, democracia e participação política” e “Formas de violência e criminalidade” são os trabalhados, respectivamente pelos bimestres, na disciplina Sociologia na terceira série.

Sendo assim, podemos observar que há uma diferença do currículo paranaense em termos de conteúdos bimestrais e também de estrutura, já que o currículo do Rio de Janeiro não traz temas, conceitos e teorias articuladamente, e sim temas com o encaminhamento de habilidades e competências. Porém há uma similaridade entre os temas propostos, todos os conteúdos temáticos propostos na proposta curricular do Paraná aparecem de certa forma no Currículo Mínimo fluminense.

São Paulo

No estado de São Paulo passa-se a recomendar a inclusão da Sociologia no currículo de uma das séries do Ensino Médio a partir da Resolução SEE/SP n. 236 em 1983, após grande esforço da Associação de Sociólogos do Estado de São Paulo (ASESP). No mesmo ano se faz o recrutamento de professores e em 1986 se tem uma proposta curricular estadual para a disciplina.

De acordo com MORAES (2011), em 1993 é feito o segundo concurso para professores no estado, mas em 1994 se tem um enxugamento da rede pública, incluindo a diminuição de tempos semanais, e como consequência a saída da disciplina da grade curricular de algumas escolas.

No fim da década de 1990, e a partir dos anos 2000 com o enxugamento de carga horária a disciplina acaba ficando à margem, aparecendo na parte diversificada em algumas escolas e mesmo assim com um “caráter interdisciplinar e contextualizado” como afirma MORAES (2003). Em 2006, o Conselho Estadual de Educação de São Paulo, respondendo a resolução do Conselho Nacional de Educação (Resolução Nº 04/2006), que recomendava o Ensino de Sociologia nas escolas, menciona que o mesmo não poderia se meter em questões específicas de cada rede de ensino.

Em 2008 houve um movimento, na Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, para a retirada da Sociologia da grade curricular. Movimento este justificado pelo aumento de carga horária das disciplinas de Português e Matemática. A reintrodução da disciplina acontece em 2009, por força da lei federal promulgada 11.684/2008.

Em 2009, começa a elaboração da Proposta Curricular de Sociologia implementada em 2010. E também dos “Cadernos do aluno” e “Cadernos do professor”, material didático da rede, distribuído nas escolas, que em 2013 teve sua segunda edição.

Na Introdução da Proposta Curricular de São Paulo (2010), especificamente na Carta do Secretário de Educação, é citado um diálogo pré-estabelecido com Professores do Ensino Médio e

Especialistas. Ainda na Introdução, se afirma que estas propostas serão referências para a elaboração dos Cadernos do Professor e do Aluno e para o estabelecimento das matrizes de avaliação do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), além dos programas de reforço e recuperação e dos cursos de formação continuada para os Professores.

Na fala da coordenadora geral de elaboração da proposta curricular, pode ser lido, que o currículo estará elaborado a partir de conteúdos, competências, habilidades e estratégias metodológicas para todas as disciplinas. Isto demonstra uma preferência por um currículo centrado em competências e habilidades e direcionado à preparação para o chamado “mundo do trabalho”, com pode ser observado no trecho a seguir:

A partir dessa base curricular comum também foi possível definir as metas que os alunos têm direito a alcançar nas disciplinas estudadas e, conseqüentemente, avaliar o seu progresso em relação a essas metas e, quando necessário, fazer as devidas intervenções com vistas a melhorar o desempenho daqueles que porventura não consigam atingi-las (Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, Currículo do estado de São Paulo - Ciências Humanas e suas tecnologias, 2010, p. 4).

A parte “Apresentação do Currículo do Estado de São Paulo” inicia com uma análise histórica do currículo apresentado. Esta proposta curricular, segundo o descrito, é resultado de um currículo básico proposto em 2008 pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e reformulado a partir das experiências e das chamadas “boas práticas” dos docentes. O objetivo desta reformulação curricular seria “garantir a todos uma base comum de conhecimentos e de competências para que as nossas escolas funcionem de fato como uma rede” (Currículo do Estado de SP – Ciências Humanas e suas Tecnologias, 2010, Apresentação do Currículo do Estado de São Paulo, p. 7).

Os pressupostos deste Currículo também são apresentados nesta parte do documento, e conforme descrito são: um currículo multicultural, com foco no “aprender a aprender”; as competências deverão ser o eixo da aprendizagem; a prioridade é dada à competência de leitura e escrita; e à contextualização com o “mundo do trabalho”. A justificativa para basear-se em competências, especialmente as ligadas à leitura e escrita, é que existem determinadas características cognitivas e afetivas mais valorizadas pela sociedade do século XXI, e que a escola deve preparar seus alunos para viver neste ambiente diferenciado, especialmente no contexto do “mercado de trabalho”.

Para os autores da proposta, um currículo centrado em competências ajudará a tornar a escola mais democrática, porque este valoriza a heterogeneidade e as diferentes absorções de conhecimento. Além disto, existe a seguinte argumentação no texto da proposta:

(...) um currículo referenciado em competências supõe que se aceite o desafio de promover os conhecimentos próprios de cada disciplina articuladamente às competências e habilidades do aluno. É com essas competências e habilidades que o aluno contará para fazer a leitura crítica do mundo, questionando-o para melhor compreendê-lo, inferindo questões e compartilhando ideias, sem, pois, ignorar a complexidade do nosso tempo (Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, Currículo do estado de São Paulo - Ciências Humanas e suas tecnologias, 2010, p. 12).

As competências referenciais para a elaboração do currículo do Estado de São Paulo foram as descritas na matriz de referência do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 1998. Não é explicitado o motivo de a proposta curricular utilizar como referencial teórico uma matriz elaborada doze anos antes. O próprio ENEM não utiliza mais esta matriz, tendo havido mudanças significativas nas competências mensuradas neste exame a partir de 2009 com o surgimento do “Novo Enem”.

Na apresentação da área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, ao mostrar as disciplinas que compõem a área, os autores descrevem de uma maneira pragmática a atuação da Sociologia no Ensino Médio:

(...) a Sociologia, para além de um enriquecimento pedagógico, pode chegar à esfera da intervenção, na medida em que contribui, por exemplo, para politizar as relações escolares, transformando a própria instituição em objeto de estudo, o que inclui as relações sociais que a desenham e a formatação dos currículos que a devem animar. Isso não quer dizer que a formação dos alunos deva visar à solução dos problemas da escola – que, aliás, podem ser mais bem compreendidos se esse conhecimento for dirigido para fora dela, pois é da sociedade que a escola recebe suas influências e características fundamentais (Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, Currículo do estado de São Paulo - Ciências Humanas e suas tecnologias, 2010, p. 26).

O Currículo de Sociologia é descrito como sendo influenciado pela proposta curricular elaborada pela ASESP (Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo), em 1983 e reformulado em 1990, e também pelas OCEM. Tal como as Orientações Curriculares, esta proposta estadual prevê no conteúdo os conhecimentos de outras Ciências Sociais, como a Antropologia e Ciência Política, ficando o aprendizado de conteúdos de Antropologia previsto na 1ª Série, os de Sociologia na 2ª Série e na 3ª Série os da Ciência Política.

Além disto, a influência das OCEM pode ser percebida quando há explicitação de que os princípios orientadores da proposta estadual são: o estranhamento e a desnaturalização, através do desenvolvimento de um “olhar sociológico” pelos discentes. Conforme exposto neste trecho:

O Currículo de Sociologia para o Ensino Médio tem como principal objetivo desenvolver um *olhar sociológico* que permita ao aluno compreender e se situar na sociedade em que vive. Para isso, toma como princípios orientadores a *desnaturalização* e o *estranhamento*. Ou seja, a recomendação

de recusar os argumentos que “naturalizam” ou veem como naturais as ações e relações sociais e que impedem de percebê-las como produtos da ação humana na história (...) (Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, Currículo do estado de São Paulo - Ciências Humanas e suas tecnologias, 2010, p. 135).

Os conteúdos a serem trabalhados em sala são propostos ao fim da diretriz curricular do estado de São Paulo e aparecem como “Quadro de conteúdos e habilidades de Sociologia”, e, como pode ser observado, eles trazem os conteúdos (temas norteadores e conceitos) e também habilidades que devem ser alcançadas pelos alunos durante os bimestres.

Para a primeira série do Ensino Médio são propostos os seguintes temas em ordem bimestral: “O aluno na sociedade e a Sociologia”, “O que permite ao aluno viver em sociedade?”, “O que nos une como humanos? O que nos diferencia?” e “O que nos desiguala como humanos?”. Apesar da nomeação de temas serem bem distintas das demais propostas curriculares, a discussão dos conteúdos fica pautada na questão da cultura e dos conceitos fundamentais das Ciências Sociais.

Na segunda série há uma mobilização grande de temas e conceitos. Trata-se de cultura, trabalho e violência, perpassando os seguintes temas norteadores bimestrais: “De onde vem a diversidade social brasileira?”, “Qual a importância da cultura na vida social?”, “Qual a importância do trabalho na vida social brasileira?” e “O aluno em meio aos significados da violência no Brasil”. Já os conteúdos bimestrais da terceira série são todos mobilizados para a questão da política e cidadania, a saber: “O que é cidadania?”, “Qual a importância da participação política?”, “Qual é a organização política do Estado brasileiro?” e “O que é não cidadania?”.

Apesar de bem distintas em suas concepções, é possível perceber algumas similaridades com relação aos conteúdos nas três propostas curriculares apresentadas. Todas elas propõem os seguintes temas de maneira geral: Conceitos introdutórios das Ciências Sociais, Cultura, Trabalho, Política e Cidadania. Isso pode indicar certo consenso no campo sobre o que deva ser ensinado pela Sociologia no Ensino Médio.

Esta pesquisa está em andamento e os resultados são parciais. No entanto, nossas análises têm nos levado a considerar que existe um conhecimento escolar de Sociologia já determinado nos currículos formais dos diferentes estados pesquisados. Goodson (1997) considera o currículo formal como sendo o “currículo escrito” o qual seria “nomeadamente o plano de estudos, as orientações programáticas ou manuais das disciplinas” (p.20) que muito informam com relação ao que se configura como conhecimento disciplinar.

Sabemos que as propostas curriculares são reinterpretadas nas escolas, porém é interessante perceber através de um currículo como a disciplina escolar se configura (GOODSON, 1997). A

disciplina escolar não é definida por acaso, ela tem uma relação com a sociedade em que estamos vivendo. Para Goodson:

“As disciplinas escolares não são definidas de uma forma acadêmica desinteressada, mas sim em uma relação estreita com o poder e os interesses de grupos sociais. Quanto mais poderoso é o grupo social, mais provável que ele vá exercer poder sobre o conhecimento escolar.” (GOODSON, 2007, p.244).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, é importante ver que apesar das diferenças entre as três propostas curriculares aqui estudadas, com relação a sua formulação e também com relação a forma como estão organizadas, além das diferentes metodologias adotadas, há muitos conteúdos semelhantes e definidores da disciplina escolar. Estes conteúdos são mobilizados nos currículos mesmo não havendo uma diretriz nacional que imponha o seu uso, tendo como consequência uma configuração do que ensinar em Sociologia no Ensino Médio, ou uma demonstração de que é possível delimitar um conhecimento escolar da disciplina Sociologia.

Os próximos passos da pesquisa considerarão as análises aqui colocadas, mas irão além. A intenção é de analisar os contextos educacionais de implementação da disciplina nos estados estudados. Fazendo uma pesquisa minuciosa, sobre as diferentes ações necessárias para sua efetivação nos currículos escolares.

A ideia é investigar minuciosamente os currículos, articulando com a análise do contexto educacional específico de cada estado, apoiado no conceito de recontextualização de Basil Bernstein (2003). Este conceito ajudará a relacionar os diferentes campos de recontextualização nas elaborações curriculares dos estados pesquisados, em articulação com os documentos curriculares oficiais brasileiros e com as teorias curriculares apresentadas nestes instrumentos curriculares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNSTEIN, Basil. *A Pedagogização do conhecimento: estudos sobre recontextualização*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 20, p. 75-110, novembro 2003.

BRASIL. *Decreto n. 3.890/1901*. Disponível em: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=3890&tipo_norma=DEC&data=19010101&link=s. Acesso em: 30/08/2014.

_____. *Decreto n. 16782 – A (Reforma Rocha Vaz)*, de 13 de janeiro de 1925. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D16782a.htm. Acesso em: 30/08/2014.

_____. *Decreto n. 4.244/1942 (Reforma Capanema)*. Disponível em: <http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinosecundario.htm>. Acesso em: 30/08/2014.

_____. *Lei nº 9.394/20, de dezembro de 1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996.

_____. *Parâmetros curriculares Nacionais*. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 1999.

_____. *Orientações curriculares para o Ensino Médio*. Volume 3 – Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, pp. 101-133, 2006.

_____. *Parecer CNE/CEB nº38/2006*. Diário Oficial da União, de 21 de agosto de 2006, Seção 1, p. 15. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/> Acesso em: 30/08/2014.

_____. *Lei 11.684/2008*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm. Acesso em: 03/06/2014.

_____. *Matriz de referência do ENEM 2009*. MEC, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=310+enen.br>. Acesso em: 07/07/2014.

GOODSON, I. F. Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução. *Teoria & Educação*, n.2, p.230-254, 1990.

_____. *Teoria do currículo*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *A Construção Social do Currículo*. Lisboa: Educa, 1997.

_____. Currículo, narrativa e o futuro social. *Revista Brasileira de Educação* v. 12 n. 35 maio/ago. 2007, p.241-252.

HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia Polessa. O estado da arte da produção científica sobre ensino de sociologia na educação básica. *BIB*, São Paulo, nº 74, p. 43-59 – jul/2014.

MILLS, C. W. *A imaginação sociológica*. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MORAES, Amaury César. Licenciatura em Ciências Sociais e ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato. *Tempo Social*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 5-20, 2003.

_____. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. *Caderno Cedes*, Campinas, vol. 31, n. 85, p. 359-382, set.-dez. 2011.

_____. Propostas Curriculares de Sociologia para o Ensino Médio: um estudo preliminar. In: HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia Polessa. (Org.). *Dilemas e perspectivas da Sociologia na Educação Básica*. 1ed. Rio de Janeiro: E-papaers/Faperj, v. 1, p. 121-134, 2012.

OLIVEIRA, Otair Fernandes de; JARDIM, Antonio de Ponte. O retorno da sociologia no ensino médio no Rio de Janeiro: uma luta que merece ser pautada! *Revista eletrônica Perspectivas Sociológicas*. Ano 2, nº 3, maio/2009 – set/2009.

RIBEIRO, Adélia Maria Miglievich, ALVES, Dalton José, SAUL, Renata e PEREIRA, Virgílio de Lima. Sociologia e filosofia nas escolas de ensino médio. In: HANDFAS, Anita e OLIVEIRA, Luiz Fernandes de (orgs.). *A Sociologia vai à escola: história, ensino e docência*. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, p.49-59, 2009.

RIO DE JANEIRO. *Constituição do Estado do Rio de Janeiro*, 1989. Disponível em: http://www.camara.gov.br/internet/interacao/constituicoes/constituicao_rj.pdf. Acesso em: 20/09/2014.

SANTOS, Mario Bispo dos. A Sociologia no Contexto das Reformas do Ensino Médio. In: CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de (org.). *Sociologia e ensino em debate*. Ijuí: Editora Unijuí, p.131-180, 2004.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ. *Reestruturação do ensino de 2º grau: Projeto de conteúdos essenciais do ensino de 2º grau*. Curitiba, 1988.

_____. *Proposta de reestruturação do ensino médio do Núcleo Regional de Educação de Londrina*. Londrina, 1997.

_____. *Diretrizes Curriculares para a Educação Básica – Sociologia*, 2008. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_socio.pdf. Acesso em: 20/04/2014.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. *Currículo Mínimo de Sociologia do Estado do Rio de Janeiro*, 2012. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=759820>. Acesso em: 13/10/2013.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO. *Currículo do Estado de São Paulo – Ciências Humanas e suas Tecnologias*, 2010. Disponível em: <http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/43/Files/CHST.pdf>. Acesso em: 20/04/2014.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. *Das fronteiras entre ciência e educação escolar: as configurações do ensino das Ciências Sociais/Sociologia, no Estado do Paraná (1970-2002)*. 2006. 312 fl. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. *Cronos*, Natal RN, v. 8, n. 2, p. 403-427, jul./dez. 2007.